

# México será modelo para renegociação

WASHINGTON — A proposta brasileira de renegociação da dívida externa começou ontem, a ficar mais clara, quando o Ministro da Fazenda Dilson Funaro, informou que o parâmetro no país será a negociação mexicana. "Se o México conseguir reduzir o **spread** (taxa de risco) para 0,37 por cento, esse será o nosso teto para o primeiro ano, e pediremos que essa taxa seja reduzida progressivamente para os anos seguintes", disse Funaro.

O Ministro confirmou que existe uma grande expectativa de Governo em relação à negociação mexicana com os bancos credores, que deve ser encerrada hoje. O México pediu uma redução do **spread** para 0,37 por cento, um prazo de 25 anos para o pagamento da dívida de US\$ 52,5 bilhões que está sendo negociada com carência de 15 anos, refazendo esta proposta para 20 anos de prazo e carência de 12 anos. Os bancos não aceitaram a proposta mexicana, e contrapropuseram um prazo de pagamento de 17 anos e carência de oito anos. Quanto ao **spread**, a proposta dos bancos foi de 0,87 por cento. O México já aceitou o prazo de 17 anos para pagamento, e discute agora a questão do **spread** e do prazo de carência.

Dilson Funaro confirmou, ontem, que manteve encontros com o Ministro da Fazenda da França, Edouard Balladur, também Presidente do Clube de Paris, onde são negociados os débitos brasileiros para com os governos e instituições financeiras oficiais. Depois de informar que "há negociações em curso", Funaro disse que discute a melhor forma de o Brasil voltar a negociar seus débitos.

Funaro explicou que a principal dificuldade para o restabelecimento dessas negociações deve-se ao fato de que os países membros do Clube de Paris exigem que o Brasil faça um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Outra dificuldade é que as instituições oficiais de crédito dessas nações suspenderam completamente seus financiamentos para os países devedores. "Mesmo os países que estão com seus pagamentos normalizados para com o Clube de Paris continuam sem ter acesso aos créditos dessas instituições", informou Funaro. E, em seguida, acrescentou: "Qual é portanto, a vantagem de se fazer um acordo?".